

Uma Intersecção entre Riscos Ambientais, Migrações e Vulnerabilidade Social: o caso das Filipinas | An Intersection of Environmental Risks, Migration and Social Vulnerability: a case study of the Philippines

Luiz Guilherme Natalio de Mello

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Advogado. Curitiba, Paraná, Brasil. Email: luizngmello@gmail.com

DOI:10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2019.24/pp.47-72

Resumo:

O presente artigo vislumbra a relação entre os riscos ambientais (especialmente causados pelos desastres naturais), migrações internas (com especial atenção às migrações rural-urbana) e vulnerabilidade social nas Filipinas, almejando detalhar como as mudanças climáticas podem recrudescer os efeitos negativos sob a população filipina (sobretudo, aqueles que pertencem a camadas sociais mais baixas e aos que vivem na zona rural). Para tanto, este trabalho se embasará em casos concretos, como os fluxos migratórios que chegam até Metro Manila, uma das principais regiões urbanas do país que abarca a capital Manila, assim como das vulnerabilidades sociais e problemas ambientais surgidos a partir do Tufão Haiyan em 2013.

Palavras-Chave: *Filipinas, Riscos Ambientais, Desastres Naturais, Migração, Vulnerabilidade Social.*

Abstract:

This article aims to bring the relation between environmental risks (especially caused by natural disasters), internal migrations (with particular attention on rural-urban migrations) and social vulnerability in the Philippines, and also describing how climate change can worsen the negative effects on the Filipino population (especially those who belong to lower-class income as well as rural dwellers in the Philippines). To this end, this work will be based on real cases, such as the migration flows coming to Metro Manila, one of the main urban regions of the country that covers the capital Manila, as well as the social vulnerabilities and environmental problems arising from the Typhoon Haiyan in 2013.

Keywords: *Philippines, Environmental Risks, Natural Disasters, Migration, Social Vulnerability.*

Introdução

Desde 1970, mais de 9,800 desastres naturais ocorreram no mundo, ocasionando em prejuízos de mais de 1,7 trilhão de dólares em danos estimados (Kellenberg, Mobarak, 2011, p. 298).

Ademais, os desastres naturais mataram cerca de 62 milhões de pessoas em todo o mundo desde 1990. Outrossim, 85% das mortes ocorreram entre 1900 e 1950 e em torno de um milhão de mortes desde 1990. Atenta-se que o relativo pequeno número de mortes na década de 1990 se deve aos esforços da comunidade global, os recursos utilizados e pela efetividade na atuação para a mitigação dos desastres naturais (Cohen, Werker, 2008, p. 797).

Contudo, apesar dos avanços em termos de prevenção e mitigação, é incontroverso que os desastres naturais representam um dos maiores perigos para diversos países, trazendo efeitos que podem se tornar mais intensos em decorrência das mudanças climáticas.

O presente artigo terá como objeto de pesquisa as Filipinas, um dos países do mundo que mais estão propensos aos desastres naturais. Assim, em que pese o vertiginoso crescimento econômico (GDP) de 6,2 % registrado em 2018 (World Bank, 2019), colocando-o próximo de países como China (6,6%) e Índia (7,0%), atingiu em 2017 um índice de desenvolvimento humano de 0,699 (IDH), número este correspondente aos países de desenvolvimento humano médio, estatística a qual implícita (e conforme será aprofundado neste artigo) que as Filipinas não são apenas um país ambientalmente vulnerável, entretanto, de igual medida, socialmente vulnerável.

Deste modo, o trabalho pesquisará a congruência entre desastres naturais com os fluxos migratórios de pessoas que se deslocam das zonas rurais até as cidades.

Destarte, em um primeiro momento, o artigo tecerá explicações do que se entende por risco, ressaltando o seu aspecto ambiental e as suas respectivas percepções, utilizando como base sociólogos como Ulrich Beck e Raymond Murphy. Em ato contínuo, serão contextualizados os desastres naturais nas Filipinas, apresentando dados geográficos e estatísticos sobre as suas

frequências, ao lado de estudos acadêmicos e de organismos internacionais sobre como afetam este país (especialmente metrópoles como Metro Manila, região da capital das Filipinas).

Em uma segunda parte, este trabalho abordará a intersecção entre desastres naturais, migrações internas e vulnerabilidade social nas Filipinas, descortinando de forma resumida as diferenças entre “migrantes” e “refugiados”, haja vista que diversos organismos internacionais frequentemente utilizam termos como “migrantes ambientais” e “refugiados de mudanças climáticas”, termos estes que, como será explicitado, trazem impactos substanciais na prática. Logo, será traçado um breve histórico da migração interna (com especial atenção à migração rural-urbana) nas Filipinas, descrevendo como isto ocorre e em qual intensidade. De maneira paralela, o presente artigo mostrará as vulnerabilidades sociais que atingem aqueles afetados por desastres naturais e que decidem migrar para as cidades, destacando, a título de exemplificação, o caso do Tufão Haiyan.

Uma Compreensão dos Riscos

É inequívoco que a ciência e a tecnologia trouxeram diversas inovações que permitem melhorias da vida em sociedade. Mas, há de se ressaltar que novos perigos também surgiram de maneira paralela, como os riscos advindos da energia nuclear, lixo em excesso e muitos outros.

Dentro deste contexto, o sociólogo alemão Ulrich Beck, elucidada em sua obra *Risk Society: Towards a New Modernity*, que os riscos têm uma capacidade de se globalizarem, tendo em vista que atingem mesmo aqueles que os produzem (Beck, 2011, p. 43).

Neste ponto, Ulrich Beck explica que os riscos não são situações de classe, visto que afetam a todos, havendo uma separação, na melhor das hipóteses, entre aqueles que já foram afetados pelos riscos e aqueles que ainda não foram (Beck, 2011, p. 47).

Em muitos casos, as ameaças de desastres naturais não são facilmente perceptíveis, de maneira que isto torna as pessoas irresolutas sobre como prevenir riscos.

Destarte, as situações de ameaça não são evidentes, sendo universais e inespecíficas, já que as pessoas ouvem e leem sobre as ameaças. Porém, é geralmente nos países mais desenvolvidos que a consciência do risco, bem como a mobilização para preveni-lo ou mitigar seus efeitos, se desenvolve (Beck, 2011, p. 63).

Deste modo, Beck cita que não obstante o “feitiço da invisibilidade do risco” possa ser quebrado por meio de experiências das próprias pessoas (planejamento de construção de usina nuclear em dada região), esta sensibilidade dos riscos não tem o condão de criar uma unidade social entre elas (Beck, 2011, p. 63).

Como corolário disto, o sociólogo alemão indica que isto significa uma mudança de paradigmas da capacidade de sobrevivência. Na medida em que na antiga sociedade industrial bastava as pessoas se preocuparem em combater a carência material e evitar o rebaixamento social, na sociedade de risco, as pessoas devem adquirir novas capacidades (Beck, 2011, p. 93). Em outras palavras, estas capacidades seriam antecipar perigos, suportá-los e lidar com eles (inclusive em termos políticos) (Beck, 2011, p. 93).

Por consequência, Ulrich Beck admite que a sociedade passe a se deparar com questões básicas, sendo elas, dentre outras: como aprender a superar o medo, conquanto não seja possível resolver a sua causa? Como lidar com os medos e incertezas? (Beck, 2011, p. 93).

Sobre a vulnerabilidade social (que no caso das Filipinas será mais explorada a seguir), Zygmunt Bauman, em seu livro *Liquid Fear*, pontua que ela se torna muito visível em frente aos desastres naturais exemplificando que embora o Furação Katrina não tenha sido seletivo em quais grupos realmente atingiria, acabou afetando os mais pobres, já que os mais ricos podiam buscar refugio em outros lugares, sem necessariamente perder todo o seu patrimônio (Bauman, 2008, p. 104).

Com base no pensamento de Bauman, extrai-se um ponto interessante: os desastres naturais acabam sendo “seletivos” a partir do momento em que alguns países investem em meios de prevenção aos desastres naturais, enquanto outros não o fazem.

Desta maneira, Bauman prossegue ao afirmar que a proteção da humanidade perante aos desastres naturais costumava ser um elemento integral

da promessa moderna. Contudo, esta proteção (que para Bauman é uma pauta de construção de ordem e progresso econômico) não tornou os desastres naturais menos cegos e inconstantes. Em verdade, houve a distribuição dos medos, dividindo a humanidade em duas categorias: a) aqueles que merecem atenção ao serem protegidos de desastres naturais e; b) aqueles que não merecem e não estão sob nenhuma tutela (Bauman, 2008, p. 107).

O sociólogo canadense Raymond Murphy assinala que existe uma problemática relação entre a percepção dos riscos e as pessoas (Murphy, 2010, p. 279). Deriva-se disto que, em um cenário ideal, muito embora as pessoas não quisessem sofrer um desastre, em alguns casos são ignorantes ou imprudentes quanto à sua prevenção (Murphy, 2010, p. 279).

Portanto, menciona que diante de um distúrbio da natureza, os riscos podem ser percebidos ou não. Logo, perante esta última hipótese, o risco pode ser imprevisível devido ao estado da previsão ou não reconhecido por causa de práticas sociais, culturais ou econômicas (Murphy, 2010, p. 279).

Obviamente, existem ainda aquelas hipóteses que a perturbação da natureza pode não estar aparecendo, mas a população acredita que ela existe. Todavia, apesar deste falso discurso de risco gerar distúrbios sociais, este último se origina de uma dinâmica social ao invés da natureza (Murphy, 2010, p. 279).

Assim, para Raymond Murphy existem algumas categorias de riscos, dentre as quais: a) risco não percebido; b) risco imprevisível; c) risco não reconhecido e; d) risco percebido e reconhecido.

Os tsunamis são exemplos clássicos de criação de riscos não percebidos. Para tanto, o sociólogo recorda que no tsunami do Oceano Índico de 2004, momentos antes das ondas atingirem as praias, muitas pessoas observavam as recessões da água (ou recuos de água) e, por conseguinte, viam com curiosidade as partes expostas do fundo do mar, imaginando erroneamente que isto tratava-se de uma maré baixa não programada (e não de um indício de tsunami). Elas não perceberam o perigo de uma crista de onda de 10 metros que os atingiriam em 10 ou 15 minutos, em uma velocidade de um carro de fórmula 1 (Murphy, 2010, p. 280).

Em 2004, monitoramentos de tsunami tinham sido desenvolvidos, mas isto foi considerado demasiado caro e eram raros os tsunamis no

Oceano Índico. Com efeito, quando o tsunami atingiu a costa de diversos países asiáticos, sobretudo do Sudeste Asiático, ninguém foi evacuado, algo que resultou na morte de milhares de pessoas. Logo, vislumbra-se que em casos como este, as percepções estabelecem ações. Sendo assim, as ações inapropriadas ocorrem quando riscos são percebidos de forma equivocada ou mesmo não compreendidos (Murphy, 2010, p. 281).

Por sua vez, os riscos imprevisíveis de certa forma relacionam-se com os riscos imperceptíveis na medida em que não são percebidos em razão do conhecimento científico que se tem em dado período (Murphy, 2010, p. 281). Nesse âmbito, Pompeia foi destruída e seus moradores mortos pela erupção de um vulcão, porque não dispunham de um desenvolvimento científico capaz de prever erupções vulcânicas. Assim sendo, imprevisões de algumas dinâmicas da natureza fazem com que as pessoas ajam sob o incerto, de modo que a previsibilidade de um distúrbio natural varia, mas sempre havendo diferentes graus de incerteza em todos os desastres (Murphy, 2010, p. 281).

Os riscos não reconhecidos se aproximam muito das situações vistas em países em desenvolvimento, posto que se referem a aquelas ocasiões em que a natureza fornece indícios de que um desastre pode ocorrer. Mas mesmo assim, as pessoas rejeitam estes sinais de um distúrbio natural, fazendo isto motivados por fatores culturais e da estrutura social da sociedade.

Sob estes termos, Raymond Murphy define os riscos não reconhecidos, afirmando que nestas hipóteses os governantes geralmente afirmam que o risco é imprevisível. Ainda assim, uma análise aprofundada mostraria que estes riscos, em verdade, previsíveis, não são percebidos pelos governantes porque estes não reconhecem os indícios de riscos (Murphy, 2010, p. 282).

Como exemplo, o Furação Katrina resultou em um desastre quando atingiu New Orleans em 2004, visto que esta cidade estava construída abaixo do nível do mar, rodeado pelo mar, um grande rio e um lago, bem como situada em uma região propensa à furações. Em paralelo destes fatores, os diques não estavam reforçados e a evacuação não foi preparada (Murphy, 2010, p. 282).

Alguns países (sobretudo os mais desenvolvidos) estão mais preparados aos riscos, construindo infraestruturas próprias para a prevenção dos desastres naturais, suportando altos custos para tanto. Por certo, determinados países em desenvolvimento usualmente não dispõem de orçamento, conhecimento ou simplesmente se negam em reconhecer os riscos.

Sob este alicerce, os riscos que são percebidos e reconhecidos permitem que as pessoas se preparem para elas. Isto ocorre em algumas cidades no Canadá e na Holanda que, após serem atingidas por enchentes, construíram diques para prevenirem-se deste desastre natural. No Japão, foi elaborado um código de construção para novas edificações almejando a prevenção dos danos causados por terremotos. Consequentemente, as experiências envolvendo a prevenção e reconhecimento de desastres naturais evitam mortes e danos de propriedade. Certamente, o custo da prevenção é elevado e a sociedade nem sempre está disposta ou pode pagar, optando por recusar o reconhecimento dos riscos (Murphy, 2010, p. 285).

Por fim o sociólogo aponta outras duas características atinentes aos riscos, como o falso discurso do risco (segurança não percebida) e a sorte, sendo que o primeiro se refere a aqueles casos os quais causam alarmismo (com o apoio da mídia), embasado em uma equivocada compreensão dos riscos, fazendo com que as pessoas gastem dinheiro com formas de prevenção e mitigação dos riscos. Por sua vez, o segundo se trata das situações em que fatores culturais (tipo de construção e defesas planejadas, por exemplo) inadvertidamente podem mitigar ou agravar a capacidade de destruição de uma catástrofe natural (Murphy, 2010, p. 286).

Com base nisto, como os desastres naturais afetam as Filipinas? Qual a relação entre catástrofes naturais e as migrações internas neste país do Sudeste Asiático? Serão estes os pontos explorados nas próximas partes deste artigo.

As Filipinas e os Riscos Ambientais: a Propensão aos Desastres Naturais

As Filipinas registraram no censo de 2015 (último realizado no país) que sua população estava em torno de 100.981.437 milhões de pessoas

(Philippine Statistics Authority, 2015). Ainda de acordo com este mesmo censo, a densidade populacional do país aumentou de 308 para 337 pessoas por km² (Philippine Statistics Authority, 2016).

Estes dados revelam que muitas pessoas vivem em um espaço reduzido, fazendo com que um desastre natural possa atingir um número substancial da população.

Ao passo disto, consoante o World Risk Report de 2019, publicado pela Bündnis Entwicklung Hilft e Ruhr University Bochum – Institute for International Law of Peace and Armed Conflict (IFHV), o qual indica o risco de desastres naturais em 180 países, considerou as Filipinas como o nono país mais vulnerável do mundo (Mucke, 2019, p. 56).

Importante lembrar que as Filipinas estão localizadas no Círculo de Fogo do Pacífico ou também conhecido como Anel de Fogo do Pacífico, fator geográfico este que explica o porquê das Filipinas terem tantos terremotos e atividades vulcânicas em seu território, implicando no aumento de desastres naturais.

Mas não é só isto. Como destacado anteriormente, é importante analisar a associação dos desastres naturais com fatores sociais. Assim, como serão explicados no decorrer desta parte do artigo, os desastres naturais tendem a causar danos ainda maiores na população quando atingem as Filipinas, país este em desenvolvimento, tendo o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,699, alcançando a 113ª colocação (United Nations Development Programme, 2019).

Ressalta a socióloga filipina Emma Porio (Porio, 2014, p. 79) que tufões, enchentes, terremotos, deslizamentos de terras e outros riscos relacionados ao clima sempre têm sido uma parte do ciclo anual de eventos e desastres nas Filipinas. Porém, o número e a escala de desastres naturais induzidos pelo homem têm aumentado (Porio, 2014, p. 79).

Sob este contexto, destaca a socióloga que enquanto todo o país é atingido por uma média de vinte tufões, a região de Metro Manila (que abarca a capital das Filipinas), é atingida por uma média de dez tufões, os quais trazem fortes chuvas e enchentes para a metrópole (Porio, 2014, p. 79).

Logo, o Banco Mundial estima que as Filipinas percam 15 bilhões de pesos ou 367 milhões de dólares anualmente por desastres naturais causados por tufões e inundações, o que representa 0.7% do produto nacional bruto (PNB) (Porio, 2014, p. 79).

Ademais, a socióloga também salienta que a brusca urbanização somada com a expansão econômica nas Filipinas são fenômenos os quais culminam no aumento da demanda por água neste país. (Porio, 2019, p. 187). Neste contexto a extração de água subterrânea poderá causar a subsidência de terras nas áreas costeiras nas metrópoles das Filipinas (Metro Manila, Metro Cebu e Metro Iloilo). Adicionalmente, a ausência de serviços públicos de fornecimento de água potável acaba recrudesecendo o problema da seca neste país do Sudeste Asiático (Porio, 2019, p. 187).

Posto isto, é plausível de se vislumbrar que áreas urbanas são vulneráveis para o impacto de desastres ambientais. E sob esta circunstância, Manila, capital das Filipinas, apresenta dentre as capitais dos países da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), o mais alto risco de terremotos, enchentes e de ciclones tropicais (Gupta, 2010, p. 125).

Acerca do clima, devido a sua proximidade com a Linha do Equador, as Filipinas apresentam um clima de monção tropical, tendo uma curta temporada de seca que dura de Janeiro até Abril e um longo período úmido, começando normalmente em Maio e terminando em Dezembro (Department of Environment and Natural Resources, 2019).

Em Metro Manila, os meses secos geralmente são entre Novembro até Abril, ao passo que as chuvas ocorrem em todo o ano (Department of Environment and Natural Resources, 2019).

Entretanto, de acordo com dados recentes, os efeitos do aquecimento global e das mudanças climáticas sugerem uma tendência por condições mais úmidas durante o período de seca, de modo que a frequência de tempestades pesadas neste período tem aumentado (Department of Environment and Natural Resources, 2019).

Ocorre que as pessoas de camadas socialmente mais desfavorecidas que residem nas cidades das Filipinas estão concentradas nas maiores áreas urbanas. Isto porque, a perspectiva de emprego abundante e oportunidades educacionais são as principais atrações destas regiões urbanas,

como Metro Manila, que é o centro urbano mais densamente povoado (Aldaba, 2009, p. 19).

No entanto, o crescimento populacional pressiona a infraestrutura e a capacidade destas cidades providenciarem serviços básicos para a sua população (Aldaba, 2009, p. 19).

Ainda, não raramente estes moradores não possuem uma posse segura do terreno, tendo problemas de falta de saúde adequada e instalações educacionais, além da incapacidade do acesso ao crédito e seguridade social. (Aldaba, 2009, p. 19).

Logo, estas pessoas são expostas a riscos de saúde como resultado da habitação improvisada, água não potável, saneamento básico precário, inundações súbitas e outras questões (Aldaba, 2009, p. 19).

O Centro para Pesquisa sobre Epidemiologia de Desastres (Center for Research on the Epidemiology of Disasters – CRED), organização sem fins lucrativos e localizada na Escola de Saúde Pública da Universidade Católica de Louvain (Université Catholique de Louvain – UCL), disponibiliza dados de desastres naturais ocorridos no mundo desde 1900.

Por exemplo, o CRED mostra que em 2016 os desastres naturais afetaram em torno de 4,416,499 milhões de pessoas nas Filipinas:

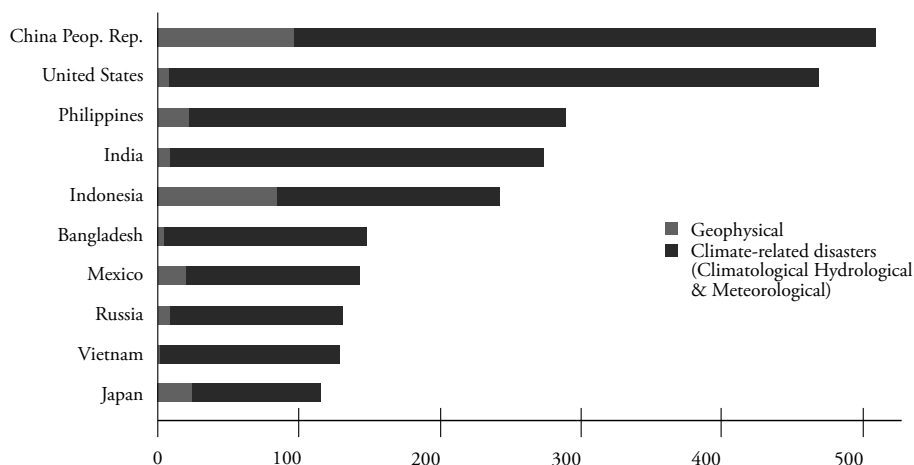
Tabela 1 – Número de pessoas afetadas por desastres naturais em 2016

Country	Total affected
India	333,816,813
United States of America (the)	85,123,038
China	72,387,822
Ethiopia	10,693,080
Malawi	6,702,800
Haiti	5,794,943
Somalia	4,700,000
Viet Nam	4,567,721
Philippines (the)	4,416,499
Zimbabwe	4,302,128

Fonte: Guha-Sapir, D., Hoyois, P., Wallemacq, P., Below, R, 2016, Table 5.

Sobre os desastres naturais em si o CRED também mostrou que, entre 1994 e 2013, as Filipinas contaram com mais desastres relacionados com o clima (climatológico, hidrológico e meteorológico) do que geofísicos (como os terremotos):

Tabela 2 – Desastres relacionados ao clima vs. desastres geofísicos: grupo dos 10 países mais afetados por desastres naturais nos anos de 1994-2013



Fonte: Wallemacq, P., Herden, C., Delbiso, T., Hoyois, P., Below, R., McClean, D., Landelle, S., 2015, Figure 6.

O Banco de Desenvolvimento da Ásia (Asian Development Bank – ADB) aponta que em tempos de grandes desastres naturais, países com instituições frágeis não conseguem manejar adequadamente os recursos de mitigação de desastres naturais ou estes valores são capturados por elites locais (Jha, Martinez, Quising, Ardaniel, Wang, 2018, p. 14).

Isto faz com o que os mais pobres sejam abandonados, levando muitos deles para uma profunda situação de vulnerabilidade social (Jha, Martinez, Quising, Ardaniel, Wang, 2018, p. 14).

Destarte, o ADB também observa que embora os filipinos tentem mitigar os impactos dos desastres através da evacuação, migração temporária e outros planos, poucos estão preparados para os super tufões ou vários tufões sucessivos. Logo, a imediata necessidade por parte dos municípios de financiamento

vindo dos orçamentos do governo pode gerar um grande problema para a sustentabilidade fiscal (Jha, Martinez, Quising, Ardaniel, Wang, 2018, p. 14).

Com efeito, o ADB menciona que o risco fiscal dos desastres naturais pode ser reduzido pela criação de um fundo de contingenciamento advindo do governo central, permitindo a imediata disponibilização de crédito quando houver desastres naturais, podendo o governo transferir parte dos custos para seguradoras em hipóteses em que o fundo não seja o suficiente (Jha, Martinez, Quising, Ardaniel, Wang, 2018, p. 20).

No tocante à resiliência em países em desenvolvimento, devem existir investimentos na infraestrutura municipal e serviços. No mesmo caminho, é importante que haja programas de treinamento, não descartando a alocação de recursos de outras áreas de desenvolvimento do país e regiões bem desenvolvidas ou menos usualmente afetadas por desastres naturais para aquelas que são mais propensas a estes riscos ambientais (Jha, Martinez, Quising, Ardaniel, Wang, 2018, p. 20).

Como resposta às mudanças climáticas, as Filipinas aprovaram o Republic Act 9729, também conhecido como Climate Change Act of 2009. Desta forma, dentre outros pontos, esta legislação estabelece em sua section 4 a Comissão de Mudanças Climáticas, a qual se constitui como um corpo independente e autônomo que possui o mesmo status de uma agência nacional do governo e está sob as diretrizes do Escritório do Presidente (Congress of the Philippines, 2009, p. 6).

Dentre as suas funções (elencadas na section 9), destaca-se: recomendar políticas para assegurar os objetivos nas diretrizes e estratégias de programas sobre mudanças climáticas, supervisionar a disseminação de informações sobre mudanças climáticas, vulnerabilidades locais e riscos, leis e protocolos sobre adaptação e medidas de mitigação (Congress of the Philippines, 2009, pp. 10-12).

Dada a emergência e frequência dos desastres naturais, Mark Pelling e Sophie Blackburn (Pelling, Blackburn, 2013, p. 211) lembram que a Section 12 do Republic Act 10121, conhecido como Philippine Disaster Risk Reduction and Management (DRRM) Act of 2010, requer que as cidades e municipalidades criem seus próprios planos de redução e manejo de riscos de desastres.

No mesmo âmbito, Mark Pelling e Sophie Blackburn também afirmam que, no caso da região da capital do país, Metro Manila, a administração é feita pela Metropolitan Manila Development Authority (MMDA) (Pelling, Blackburn, 2013, p. 211).

Esta agência é de caráter administrativo regional, a qual de acordo com o Republic Act 7924 é responsável pelo planejamento, monitoramento, regulação, supervisão de vários serviços urbanos (como o gerenciamento de resíduos sólidos), controle de inundação, segurança pública, o que está diretamente ou indiretamente relacionado com a adaptação às mudanças climáticas (Pelling, Blackburn, 2013, p. 211).

Migração e Vulnerabilidade Social Pós-Desastres Naturais em Regiões Periféricas nas Filipinas

Quando Abdelmalek Sayad escreveu o seu livro *La Double Absence: Des Illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré* (*The Suffering of the Immigrant* na tradução inglesa), ao analisar os imigrantes (principalmente argelinos) na França, comenta que ao invés de estudá-los somente enquanto residentes no país europeu, é necessário estabelecer, dentre outros objetivos, a investigação das trajetórias destes imigrantes (Sayad, 2004, p. 29).

Em outras palavras, o sociólogo propõe reconstruir a trajetória destes para entender o processo de emigração ao qual passaram (Sayad, 2004, p. 29).

A proposição de Sayad é deveras sensata, vez que restaria incompleto analisar fluxos imigratórios sem examinar o contexto em que os imigrantes estavam inseridos nos locais que vieram antes de migrarem. Pesquisar isto é compreender o que ensejou a saída destas pessoas de seus lugares de origem.

Sem embargo, o debate dos migrantes que se deslocam devido aos desastres naturais é ainda mais complexo por diversas razões. Em primeiro lugar, é certo chamar de “migrantes ambientais” as pessoas que se mudam induzidos por desastres naturais? A terminologia em si usualmente divide-se em “migrantes ambientais” e “refugiados de mudanças climáticas”.

A nomenclatura traz impactos bastante substanciais na prática, dado que os refugiados são aquelas pessoas que fogem de conflitos armados ou

perseguições. Ainda, são definidos e protegidos pelo direito internacional (Convenção dos Refugiados de 1951, o Protocolo de 1967 e outras disposições legais, como a Convenção dos Refugiados da QUA de 1969). Por fim, geralmente não podem retornar com segurança para as suas casas (Edwards, 2016).

Por outro lado, os imigrantes escolhem se mudar para outros lugares voluntariamente, pretendendo melhorar as suas vidas, buscando oportunidades de trabalho, estudo, familiares ou outros. Em acréscimo, continuarão recebendo a proteção dos governos de seus países nativos caso desejem retornar (Edwards, 2016).

O antropólogo americano Anthony Oliver-Smith escreve que os obstáculos que os pesquisadores encontram para relacionar meio ambiente e migrações derivam-se da dificuldade em estabelecer que catástrofes naturais sejam as causas de dado fluxo migratório (Smith, 2012, p. 1061).

Em outras palavras, é difícil verificar se os migrantes são realmente migrantes ambientais ou migrantes econômicos. De igual forma, existem diversos óbices em mensurar as pessoas que foram ou ainda serão afetadas por desastres naturais (Smith, 2012, p. 1061).

A dificuldade em se abordar o tema dos deslocamentos populacionais ensejados por desastres ambientais também não pode servir como restrição à busca de soluções, porquanto já existem tentativas de resolvê-lo.

A Organização Internacional de Migração (International Organization for Migration – IOM) já abarca a existência dos migrantes ambientais. De fato, em 2015, a IOM fundou a Environmental Migration Portal: Knowledge Platform on People on the Move in a Changing Climate dentro da Migration, Environment and Climate Change: Evidence for Policy, plataforma que intenciona pesquisas sobre a relação entre migrações e meio ambiente (Environmental Migration Portal, 2019).

Em 2018, o governo neozelandês propôs um plano de ação direcionado para os países das Ilhas do Pacífico, o qual consiste em acolher futuros deslocados ou imigrantes advindos desta região os quais podem vir a se mudar devido aos impactos das mudanças climáticas (New Zealand Ministry of Foreign Affairs and Trade, 2018, p. 2).

O plano de ação relata que os países das Ilhas do Pacífico são vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, além de não terem infraestrutura adequada para tanto. Além disto, o governo neozelandês registra que esta vulnerabilidade aos efeitos das mudanças climáticas se traduz por várias maneiras, como, por exemplo: o aumento do nível do mar, aumento da frequência e intensidade de tempestades e ciclones, redução da disponibilidade de água potável, doenças e outros (New Zealand Ministry of Foreign Affairs and Trade, 2018, p. 2).

O posicionamento da Nova Zelândia revela uma preocupação em como tratar aquelas pessoas que saem de suas casas como consequência dos desastres naturais causados por mudanças climáticas.

Boa parte da chamada migração induzida ambientalmente cobre distâncias pequenas e dentro dos próprios países, visto que uma migração internacional pode ser algo caro e de certa forma inacessível para muitos daqueles que são afetados por desastres naturais (geralmente pertencentes a classes mais socialmente vulneráveis) (Carmin, Tierney, Chu, Hunter, Roberts, Shi, 2015, p. 183).

A vulnerabilidade e a capacidade de se adaptar com a migração variam de acordo com as famílias, gênero, raça, classe e outros fatores sociais. Por exemplo, no Furacão Katrina, famílias mais pobres eram mais suscetíveis a não retornarem para o local em que viviam, já que em muitos casos haviam perdido tudo (Carmin, Tierney, Chu, Hunter, Roberts, Shi, 2015, p.184).

O presente artigo trata das migrações internas nas Filipinas (cujo fenômeno já possui uma terminologia pacificada). Desta forma não será abordada a divergência acostada acima.

Todavia, ainda sim as expõe porque, como exemplificado, com cada vez mais frequência organismos internacionais e até países têm utilizado termos como “migrantes ambientais” e “refugiados de mudanças climáticas” para fazer referência a aqueles que saem de seus lugares de origem como resultado dos desastres naturais, fator este que pode alterar o modo como governos abordam tal problemática.

Como já exposto no decorrer da parte anterior, as Filipinas historicamente constituem-se como um país sob riscos ambientais.

Sobre possíveis fluxos migratórios internacionais causados por riscos ambientais desde as Filipinas, pela ausência de dados estatísticos, ainda é difícil mensurar quantos filipinos saem deste país em decorrência dos desastres naturais. Como assinala Saskia Sassen, as Filipinas são um famoso exemplo de país com altas taxas de emigração, sobretudo de filipinos buscando oportunidades de trabalho em outros lugares (Sassen, 2007, p. 157).

Deste modo, os dados de imigração internacional das Filipinas acabam retratando somente esta dinâmica de filipinos em busca de emprego (migração econômica).

Contudo, uma relação interessante entre migração internacional e desastres naturais se dá com a análise das remessas internacionais destinadas para as famílias das Filipinas que residem em regiões rurais.

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) verificou que as remessas internacionais enviadas por imigrantes filipinos para seus familiares que residem nas regiões rurais das Filipinas cumprem um papel importante na diversificação da renda destes (Organisation for Economic Co-operation and Development, 2017, 48).

Como a renda das famílias nas zonas rurais das Filipinas é intimamente relacionada com a agricultura (atividade suscetível aos riscos ambientais), as remessas internacionais acabam por complementar ou compensar a renda não ganha das plantações de arroz (Organisation for Economic Co-operation and Development, 2017, p. 49).

Acerca das áreas urbanas, nota-se que entre 1980 e 1990, o número de crianças acima de cinco anos que não nasceram na cidade em que residiam aumentou de 2,85 para 3,24 milhões (Quisumbing, McNiven, 2005, p. 1).

Porém, esta tendência pode aumentar com as mudanças climáticas e seus efeitos negativos (seca, aumento do nível do mar, maior frequência de tempestades e furacões e outros).

Depois da Segunda Guerra Mundial a população filipina aumentou, acompanhado de um nível de migração rural-urbana de 5% que se manteve por toda a década de 1960. Ainda sob este ponto, falhas na busca de soluções para problemas sociais, econômicos e da reforma agrária exacerbaram os números da migração rural-urbana (Warren, 2013, p. 3).

Não bastasse isto, um terço da população filipina que quase dobrou em menos de um quarto de século (crescendo de 11 milhões em 1948 para 27 milhões em 1960 e quase 37 milhões em 1970) estava concentrada em Manila e em outros pontos nas adjacências de Luzon, piorando a já sensível desigualdade social neste país (Warren, 2013, p. 3).

A elevada população das zonas rurais que migravam para Manila conseguiam apenas empregos de baixa remuneração, pressionando serviços públicos de saneamento que se mostravam insuficientes para cobrir os novos moradores (Warren, 2013, p. 4). Em paralelo, quando conseguiam se estabelecer em Manila, passavam a viver em áreas vulneráveis (terrenos localizados no caminho de tufões e mais propenso às inundações) (Warren, 2013, p. 4).

O fato era que Manila estava enfrentando um problema habitacional e de emprego para todos aqueles migrantes deslocados de províncias mais pobres, sendo que estes construíam suas casas e barracos em quaisquer lugares, sem que houvesse um direcionamento ou qualquer outro auxílio por parte da administração pública. Havia ainda a participação de construtoras e especuladores imobiliários que construíam casas sem se preocuparem em respeitar as regulações ambientais (Warren, 2013, p. 6).

Através dos dados do Internal Displacement Monitoring Centre, com sede em Genebra, constata-se que no primeiro semestre de 2019, foram registrados 484,000 mil deslocamentos populacionais nas Filipinas causados por desastres naturais (Internal Displacement Monitoring Centre, 2019, p. 4). Neste campo, imperioso destacar as enchentes e desmoronamentos de terra ocorridos em Davao (Internal Displacement Monitoring Centre, 2019, p. 10).

A produção de arroz, que desempenha uma importante função na agricultura e economia das Filipinas, é influenciada pelo aumento das temperaturas e mudança dos padrões de precipitação em decorrência das mudanças climáticas (Mishra, Oppenheimer, Cai, Feng, Licker, 2017, p. 290). De fato, o próprio El Niño (que causa um aumento anormal nas temperaturas) causa uma diminuição na colheita deste cereal (Mishra, Oppenheimer, Cai, Feng, Licker, 2017, p. 290).

É plausível que as Filipinas e outros países tropicais sejam afetados por uma queda na colheita do arroz (e outras culturas) no final do século XXI,

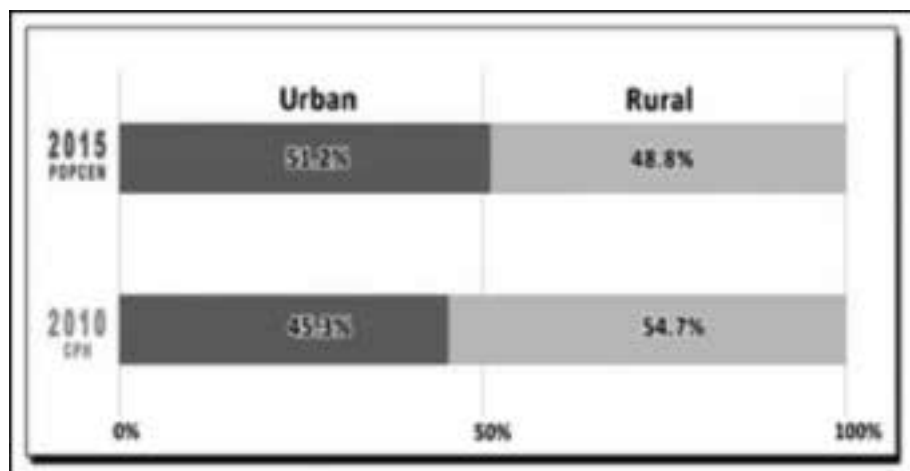
efeito este advindo das mudanças climáticas ensejadas por fatores antropogênicos. Em vista disto, efeito claro é de que os moradores das zonas rurais de países em desenvolvimento (incluindo as Filipinas) vislumbram na migração uma forma de buscar segurança em face dos riscos das mudanças climáticas que pode afetar, sobretudo, a renda familiar (Mishra, Oppenheimer, Cai, Feng, Licker, 2017, p. 290).

Disto se extrai que os impactos negativos nas colheitas nas zonas rurais das Filipinas podem gerar fluxos migratórios (que neste país do Sudeste Asiático, congruente ao já mencionado acima, é majoritariamente interno) (Mishra, Oppenheimer, Cai, Feng, Licker, 2017, p. 291).

A urbanização sem planejamentos nas Filipinas vem sendo outro problema, já que as próprias cidades deste país têm enfrentado problemas ambientais, conforme exposto brevemente na parte anterior deste artigo (sobre as dificuldades ao acesso à água nas metrópoles das Filipinas).

A despeito do aumento da urbanização, no censo de 2015 constatou-se que quase a metade da população filipina ainda residia na zona rural (48,8%), aspecto que de certa maneira corrobora que parte expressiva da população deste país do Sudeste Asiático depende da agricultura, estando suscetíveis aos efeitos negativos das mudanças climáticas (Philippine Statistics Authority, 2015):

Tabela 3 – Nível de Urbanização das Filipinas nos anos de 2010 e 2015



Fonte: Philippine Statistics Authority, 2015, Imagem 1.

Sendo assim, é inegável que os riscos ambientais além de atingirem as regiões urbanas, igualmente trazem impactos para aquelas pessoas que moram em regiões rurais (como será explorado no exemplo abaixo no caso de Visayas Central e Visayas Oriental, duas pequenas cidades localizadas em regiões rurais das Filipinas) e dependem da agricultura para sobreviverem.

O problema do tráfico de pessoas também pode surgir a partir deste processo de migração rural-urbana sob o contexto das mudanças climáticas e, por consequência, dos desastres naturais.

O IOM publicou um estudo sobre a relação entre mudanças climáticas e o tráfico de pessoas deslocadas por desastres naturais, destacando que dentre as mais vulneráveis são as mulheres, já que não raramente, por residirem em favelas, sem renda, educação ou outras habilidades para assegurar um emprego, são aliciadas a trabalharem em bordeis para serem sexualmente exploradas (Coelho, 2016, p. 4).

Quando o Tufão Haiyan atingiu as Filipinas no ano de 2013, o IOM monitorou as possíveis tendências de tráfico de pessoas juntamente com a violência sexual e de gênero, criando medidas preventivas e o programa Victim Centered Counter-Trafficking Awareness in Typhoon Haiyan Affected Areas in the Visayas, no qual se constitui como um programa de apoio e de conscientização para garantir que as tendências de tráfico de pessoas não continuariam nos anos após o desastre natural. Assim, este Organismo Internacional atentou-se especialmente com aquelas mulheres que haviam perdido os seus pais no desastre natural (Coelho, 2016, p. 6).

Estima-se que os traficantes de pessoas veem nas mulheres e nas crianças deslocadas por desastres naturais como um alvo mais fácil, vez que alguns perdem as suas famílias e frequentemente tem o acesso impossibilitado à comunicação, serviços públicos e justiça (Calma, 2017).

O Departamento de Estado dos Estados Unidos lançou em 2019 o Trafficking in Persons Report, levantamento anual que mostra as tendências de tráfico de pessoas pelo mundo e o que os governos de vários países vêm fazendo para combatê-lo.

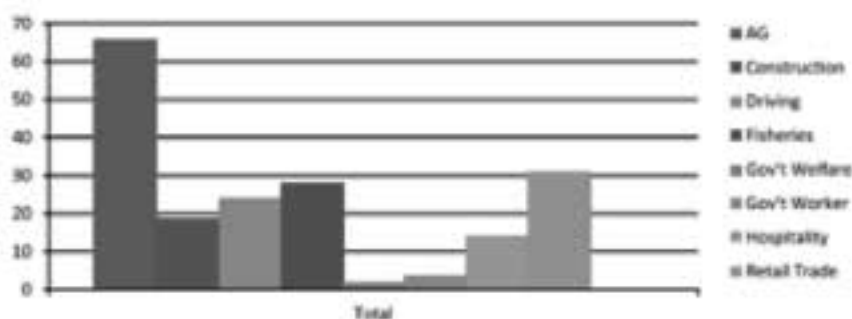
O estudo confirma que o Governo Filipino tem traçado medidas, políticas e legislação que atendem plenamente os padrões para a redução do tráfico de pessoas, havendo como exemplos a criação de legislações que

combatem o tráfico sexual e do trabalho (notadamente o 2012 anti-traffic-king act) e aumento no orçamento do Philippine National Police Women and Children's Protection Center (centro da polícia das Filipinas que se dedica na proteção dos direitos das mulheres e das crianças) (United States Department of State, 2019, p. 380-381).

A IOM detectou que após o Tufão Haiyan foram documentados casos de mulheres e meninas que saíram de Leyte e Samar (ilhas localizadas em Visayas) para trabalharem em Manila e Cebu (algumas das principais cidades das Filipinas), as quais, inicialmente eram recrutadas para serem garçonetes. No entanto, acabavam sendo coagidas a ingressar no tráfico sexual (Tesfay, 2015, p. 34).

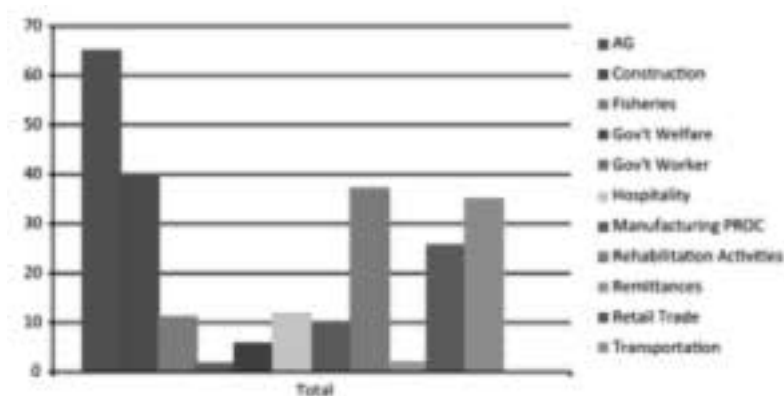
Por outro lado, o IOM também percebeu melhorias em alguns aspectos. Quanto à reconstrução dos lugares afetados pelo Tufão Haiyan, dentre os lugares afetados por este desastre natural, em um estudo realizado após o impacto deste, o IOM analisou dados de moradores de Visayas Central e em Visayas Oriental, percebendo que muitas famílias diversificaram os seus meios de subsistência, não dependendo somente da agricultura, mas combinando esta com outras atividades, como a construção e a pesca, por exemplo, (Tesfay, 2015, p. 60-61):

Tabela 4 – Atividades de subsistência antes do Tufão Haiyan nas regiões de Visayas Central e Visayas Oriental



Fonte: Tesfay, 2015, Figure 5.

Tabela 5 – Atuais atividades de subsistência nas regiões Visayas Central e Visayas Oriental



Fonte: Tesfay, 2015, Figure 6.

Possivelmente, a reconstrução dos lugares afetados pelo Tufão Haiyan podem reduzir eventual migração rural-urbana motivada por catástrofes naturais e ainda minorar vulnerabilidades sociais.

Considerações Finais

Com o passar dos anos, pesquisadores, governos e organismos internacionais têm concordado que o meio ambiente possui uma íntima relação com outros fenômenos sociais e econômicos, como migrações, crises econômicas, guerras e outros.

De fato, teoriza-se que as migrações na Síria (ainda que em um primeiro momento fossem internas) já eram uma questão presente neste país mesmo antes da Guerra Civil. Isto porque, a seca teria encorajado mais de um milhão de sírios a se dirigirem para as principais cidades sírias. A vulnerabilidade social recrudescu-se quando o presidente Bashar al-Assad decidiu cortar os subsídios a alimentos e combustíveis (Park, J., 2011).

Em que pese o rápido crescimento econômico das Filipinas (circunstância que poderia refletir em maiores incrementos em métodos e ações concretas de prevenção aos desastres naturais), nota-se que este país asiático continua sendo um dos mais vulneráveis aos riscos ambientais.

Percebe-se isto na medida em que de acordo com os recentes dados estatísticos apresentados no desenvolvimento teórico, parte expressiva da população filipina continua sofrendo os efeitos dos desastres naturais.

Acerca da migração internacional, pela falta de fontes e dados, ainda é difícil verificar quantos filipinos saem de seu país em decorrência dos desastres naturais. Por ser um país em que o plano de imigrar é amplamente difundido em sua população, não existem estatísticas que individualizem aqueles que se deslocam unicamente por terem sofrido os efeitos de desastres naturais.

Quanto às migrações internas (em especial a migração rural-urbana) representam casos que fazem jus a serem estudados pelos mais diversos países do mundo (sobretudo aqueles localizados nas regiões tropicais e que sofrem dos efeitos dos desastres naturais).

O filme *Metro Manila* mostra vagamente as dificuldades de um casal com os seus filhos que decidem sair da zona rural das Filipinas, pois as suas plantações de arroz já não eram mais lucrativas, rumo para Metro Manila, uma das principais zonas urbanas deste país do Sudeste Asiático. Parte do longa-metragem foca na chegada desta família nas favelas do distrito de Manila, lugar com problemas de violência e expondo os problemas que o casal enfrenta em seus trabalhos (segurança de carro-forte e recepcionista de bar em uma boate).

Algumas questões surgem desta problemática das migrações internas. Com o possível recrudescimento das mudanças climáticas e estando sob o contexto da globalização, os deslocamentos populacionais nas Filipinas, e da mesma forma outros países em condições similares ou piores, causarão fluxos de pessoas em direção a outros países? Em acréscimo, os governos vão acolher estas pessoas como migrantes internacionais ou refugiadas?

Cabe destacar que os riscos ambientais representam uma ameaça ora para as populações das zonas urbanas, ora para as zonas rurais. Neste campo, chama a atenção os riscos ambientais que afetam as populações rurais (como pode ser observado no exemplo trazido de Visayas Oriental e Visayas Central), pois apesar da migração interna, até 2015, 48,8% dos filipinos ainda viviam em regiões rurais.

Assim, quanto a estes últimos, restou discutido no artigo que os desastres naturais afetam igualmente a vida daqueles que vivem nas zonas rurais

e cuja subsistência provém de plantações, bem como moradores de grandes cidades como Manila.

Valido ressaltar que os deslocamentos populacionais causados por desastres naturais não são uma exclusividade das Filipinas ou do Sudeste Asiático. De fato, as pessoas que residem nos países do Triângulo Norte da América Central (que corresponde à El Salvador, Guatemala e Honduras), região que também é propensa aos desastres naturais e de igual maneira tem a sua economia fortemente embasada na agricultura, estão se retirando de seus países e se dirigindo rumo ao México e Estados Unidos.

As Filipinas são ainda um caso paradigmático porque é possível vislumbrar que os desastres naturais são um problema de todos que ali residem. Por um lado, aqueles que se retiram das zonas rurais, o fazem, em muitos casos, porque perderam as suas plantações devido aos desastres naturais, deixando de possuir um importante alicerce para a subsistência. Entretanto, quando se dirigem para as cidades (principalmente metrópoles com expressiva densidade populacional como Manila), são novamente afetados por desastres naturais.

O presente trabalho pretende contribuir para os debates concernentes à intersecção de deslocamentos populacionais e meio ambiente, convergência esta que frequentemente abre espaço para o aumento das desigualdades sociais e casos de tráfico de pessoas.

As discussões atinentes a este tema prescindem uma análise interdisciplinar, de forma que é primordial entender o porquê dos fluxos migratórios. Isto é, forçoso entender quais fatores estão fomentando estes fluxos.

Nesta perspectiva, Saskia Sassen em seu artigo *Three Emergent Migrations: an epochal change*, chama a atenção que fluxos migratórios revelam dinâmicas mais amplas, como guerras civis, violência urbana causada por gangues, conflitos religiosos e mudanças climáticas, este último que por sua vez, segundo a socióloga, resultará na redução de solos habitáveis (Sassen, 2016, p. 30-31).

Ademais, em um contexto de fluxos migratórios, é igualmente importante pesquisar a resiliência das cidades, seja delas em face de desastres naturais, seja como pretendem integrar populações de migrantes de zonas rurais ou mesmo de outros países que buscam formas de melhorarem a qualidade de suas vidas.

Reference list

- Aldaba, F. (2009). *Poverty in the Philippines: causes, constraints and opportunities*. Mandaluyong City: Asian Development Bank.
- Bauman, Z. (2008). *Miedo líquido: la sociedade contemporânea y sus temores*. Buenos Aires: Paidós.
- Beck, U. (2011). *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34.
- Calma, J. (2017). Climate Change has created a New Generation of Sex-Trafficking Victims. Retrieved from <https://qz.com/970394/climate-change-has-created-a-new-generation-of-sex-trafficking-victims/>. [Accessed September 22, 2019].
- Carmin, J., Tierney, K., Chu, E., Hunter, L., Roberts, J., Shi, L. (2015). Adaption to Climate Change. In: Dunlap, R., Brulle, R. (Eds.), *Climate Change and Society: Sociological Perspectives*. (pp. 164-198). New York: Oxford University Press.
- Coelho, S. (2016). *The Climate Change-Human Trafficking Nexus*. Retrieved from https://publications.iom.int/system/files/pdf/mecc_infosheet_climate_change_nexus.pdf. [Accessed September 22, 2019].
- Cohen, C., Werker, E. (2008). The Political Economy of “Natural” Disasters. *The Journal of Conflict Resolution*, v. 52, n. 6, p. 795-819. Doi: <https://doi.org/10.1177/0022002708322157>.
- Congress of the Philippines. (2009). *Republic Act No. 10174*. Retrieved from <https://drive.google.com/file/d/0B35ePJ5EjR1GcFZyV1haa0N4TjQ/view>. [Accessed September 20, 2019].
- Department of Environment and Natural Resources. (2019). *National Capital Region*. Retrieved from <http://ncr.denr.gov.ph/index.php/about-us/regional-profile>. [Accessed September 19, 2019].
- Edwards, A. (2016). *UNHCR viewpoint: ‘Refugee’ or ‘migranti’ – Which is right?*. The United Nations High Commissioner for Refugees Retrieved from <https://www.unhcr.org/news/latest/2016/7/55df0e556/unhcr-viewpoint-refugee-migrant-right.html>. [Accessed September 17, 2019].
- Environmental Migration Portal. (2019). *About the Portal*. Retrieved from <https://environmentalmigration.iom.int/about-portal>. [Accessed September 17, 2019].
- Guha-Sapir, D., Hoyois, P., Wallemacq, P., Below, R. (2016). *Annual Disaster Statistical Review 2016: The numbers and trends*. Retrieved from https://emdat.be/sites/default/files/adsr_2016.pdf. [Accessed September 15, 2019].
- Gupta, S. (2010). *Synthesis Report on Ten ASEAN Countries Disaster Risks Assessment: ASEAN Disaster Risk Management Initiative* [E-Reader version]. Retrieved from http://www.unisdr.org/files/18872_asean.pdf. [Accessed September 20, 2019].
- Internal Displacement Monitoring Centre. (2019). *Internal Displacement from January to June 2019*. Retrieved from <http://www.internal-displacement.org/sites/default/files/>

inline-files/2019-mid-year-figures_for%20website%20upload.pdf. [Accessed September 21, 2019].

- Jha, S., Martinez, A., Quising, P., Ardaniel, Z., Wang, L. (2018). *Natural Disasters, Public Spending, And Creative Destruction: A Case Study of the Philippines* [E-Reader version]. Retrieved from <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/408351/adbi-wp817.pdf>
- Kellenberg, D., Mobarak, A. (2011). *The Economics of Natural Disasters. Annual Review of Resource Economics*, v. 3, pp. 297-312. Retrieved from: http://faculty.som.yale.edu/mushfiqmobarak/papers/disasters_annreview.pdf. [Accessed September 16, 2019].
- Mishra, P., Oppenheimer, M., Cai, R., Feng, S., Licker, R. (2017). *Climate Variability and Migration in the Philippines. Population and Environment*, v. 38, n. 3, pp. 286-308. Retrieved from <https://link.springer.com/article/10.1007/s11111-016-0263-x>. [Accessed September 21, 2019].
- Mucke, P. (2019). Logistics, infrastructure and risk analysis. In: Mucke, P., Kirch, L., Walter, J. (Eds.), *WorldRiskReport 2019. Focus: Water Supply* (pp. 56). Berlin: Druckerei Conrad.
- Murphy, R. (2010). Environmental hazards and human disasters. In Redclift, M., Woodgate, G. (Eds.), *The International Handbook of Environmental Sociology* (pp. 276-291). Cheltenham: Edward Elgar.
- New Zealand Ministry of Foreign Affairs and Trade. (2018). *Pacific climate change-related displacement and migration: a New Zealand action plan*. Retrieved from <https://www.mfat.govt.nz/assets/Uploads/Redacted-Cabinet-Paper-Pacific-climate-migration-2-May-2018.pdf>. [Accessed September 18, 2019].
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2017). *Interrrelations between Public Policies, Migration and Development in the Philippines*. Retrieved from <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/9789264272286-6-en.pdf?expires=1574622369&id=id&accname=guest&checksum=3184500520F1B61C0B07933ABCFB0C47>. [Accessed November 24, 2019].
- Park, J. (2011). *Environmental Migrants: More than Numbers*. Retrieved from <https://ourworld.unu.edu/en/environmental-migrants-more-than-numbers>. [Accessed September 21, 2019].
- Pelling, M., Blackburn, S. (2013). Case studies: governing social and environmental transformation in coastal megacities. In: Pelling, M., Blackburn, S. (Eds.), *Megacities and the Coast: risk, resilience and transformation* (pp. 220-235). Oxon: Routledge.
- Philippine Statistics Authority. (2015). *Population and Housing*. Retrieved from <https://psa.gov.ph/statistics/census/population-and-housing>. [Accessed September 22, 2019].
- Philippine Statistics Authority. (2015). *Urban Population in the Philippines* (Results of the 2015 Census of Population). Retrieved from <https://psa.gov.ph/content/urban-population-philippines-results-2015-census-population>. [Accessed September 22, 2019].

- Philippine Statistics Authority. (2016). *Philippine Population Density (Based on the 2015 Census of Population)*. Retrieved from <https://psa.gov.ph/content/philippine-population-density-based-2015-census-population>. [Accessed September 22, 2019].
- Porio, E. (2014). Climate Change Vulnerability and Adaptation in Metro Manila: challenging governance and human security needs of urban poor communities. *Asian Journal of Social Science*, v. 42, n. 1-2, pp. 75-102. Leiden: Brill.
- Porio, E., Bercilla, J., Narisma, G., Cruz, F. (2019). Drought and Urbanization: The Case of the Philippines: Methods, Approaches and Practices. In: Ray, B, Shaw, R. (Eds.), *Urban Drought: Emerging Water Challenges in Asia* (1st ed., Chapter 12, pp. 183-208). Springer: Singapore.
- Quisumbing, A., McNiven, S. (2005). *Migration and the Rural-Urban Continuum: Evidence from the Rural Philippines*. Washington: International Food Policy Research Institute.
- Sassen, S. (2007). *A Sociology of Globalization*. New York: W.W. Norton & Company.
- Sassen, S. (2016). *Three Emergent Migrations: an epochal change*. *The Sur on Migration and Human Rights*, v. 13, n. 23, pp. 29-41. Retrieved from <https://sur.conectas.org/en/three-emergent-migrations-epochal-change/>. [Accessed September 14, 2019].
- Sayad, A. (2004). *The Suffering of the Immigrant*. Cambridge: Polity.
- Smith, A. (2014). Debating Environmental Migration: society, nature and population displacement in climate change. *Journal of International Development*, v. 24, n. 8, pp. 1058-1070. Doi: 10.1002/jid.2887.
- Tesfay, N. (2015). *Impact of Livelihood Recovery Initiatives on Reducing Vulnerability to Human Trafficking and Illegal Recruitment: Lessons from Typhoon Haiyan*. Retrieved from https://publications.iom.int/system/files/impacts_of_livelihood.pdf. [Accessed September 21, 2019].
- United Nations Development Programme. (2019). *Human Development Reports: Philippines*. Retrieved from <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/PHL>. [Accessed September 14, 2019].
- United States Department of State. (2019). *Trafficking in Persons Report June 2019*. Retrieved from <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/06/2019-Trafficking-in-Persons-Report.pdf>. [Accessed September 22, 2019].
- Wallemacq, P., Herden, C., Delbiso, T., Hoyois, P., Below, R., McClean, D., Landelle, S. (2015). *The Human Cost of Natural Disasters 2015: a global perspective*. Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/317645955_The_Human_Cost_of_Natural_Disasters_-_A_global_perspective
- Warren, J. (2013). A Tale of Two Decades: Typhoons and Floods, Manila and the Provinces, and the Marcos Years. *The Asia-Pacific Journal*, v. 11, n. 3, pp. 1-21. Retrieved from <https://apjif.org/-James-F--Warren/4018/article.pdf>. [Accessed September 21, 2019].
- World Bank. (2018). *GDP growth (annual %)*. Retrieved from https://data.worldbank.org/indicator/ny.gdp.mktp.kd.zg?name_desc=false. [Accessed September 18, 2019].